

2 Afinidades Teórico-Metodológicas

O título deste capítulo anuncia uma importante decisão epistemológica que orienta este trabalho. Na maior parte das próximas páginas, apresentarei as linhas e construtos que informam esta pesquisa no que tange a seus valores teóricos. Este é, na prática, um capítulo de teoria. No entanto, quero chamar atenção para um fato muitas vezes invisibilizado pelas demandas do texto acadêmico como o conhecemos. Quando separamos teoria e metodologia de trabalho em momentos diferentes do texto de pesquisa, torna-se mais fácil cairmos na armadilha de tomar uma mera abstração para fins didáticos como um fato. Há, ou ao menos deveria haver, uma profunda relação entre nossas apostas teóricas e a maneira como procedemos a geração de dados e organizamos nossa pesquisa de maneira geral. Não se espera, por exemplo, que um pesquisador afeito às chamadas teorias pós-modernas lance mão de questionários fechados, tenha entre suas principais preocupações encontrar aquele número exato – nem dez nem vinte; quinze, talvez? – de participantes ou que esteja em busca de uma resposta exata para determinada questão. E se nossas filiações teóricas subjazem nossa forma de empreender a pesquisa, a metodologia, me parece um ato antinatural separar esses aspectos da investigação. Enquanto falar de um, necessariamente anunciarei o outro sob pena de incorrer em notável incoerência. Por isso temos um capítulo teórico-metodológico: a teoria aqui descrita ganhará contornos de metodologia sempre que razoável e oportuno.

Ainda na próxima subseção, conversaremos com Émile Durkheim procurando entender o momento de virada em que as ciências dedicadas ao humano como objeto de estudo tentam abrir mão de sua óbvia ascendência das então já estabelecidas ciências naturais. Caminharemos na linha do tempo para um encontro com Mikhail Bakhtin, gênio onipresente nos estudos do discurso/linguagem. O leitor verá que ele tem muito a nos contar sobre a concretização de uma ciência humana.

Feita essa discussão, teremos espaço para, na subseção seguinte, tratarmos a respeito do socioconstrucionismo. Afinal, que história é essa de um mundo criado

no/pelo discurso? É realmente disso que estamos falando? Quais as críticas a essa visão e por que discordo delas? Com o prestigioso auxílio de pesquisadores autores de obras dedicadas a esse acalorado debate, tentarei tomar como norte essas e outras perguntas que tanto nos inquietam.

O socioconstrucionismo abre caminho para tratarmos de uma importante área de produção de conhecimento nos estudos da linguagem e áreas afins: a linguística aplicada (LA). Aqui, como apresentarei, abre-se espaço para que se possa construir uma tese realmente interdisciplinar. Foi, não tenho dúvidas, meu contato com a LA o responsável por minha imersão em diferentes áreas das humanidades e é também a LA quem (e por que não ‘quem?') possibilita que um linguista, como eu, sinta-se à vontade e até mesmo impelido a realizar efetivamente este trânsito entre as disciplinas. Somos, texto, leitor e eu, parte de um todo interdisciplinar.

Neste ponto, estaremos chegando ao centro das questões que nos interessam. Falaremos da Etnografia e das mudanças na visão antropológica sobre o trabalho etnográfico. Nos interessa mais fortemente o ponto de virada, o momento em que o trabalho do etnógrafo passou a incorporar as discussões sobre discurso e socioconstrução. Volta-se o olhar para o humano, falível e atravessado de sentidos, no processo de produção do texto etnográfico. É o fim da neutralidade. É um caminho sem volta.

Finalmente, falaremos da Pesquisa Educacional com Base nas Artes (PEBA), que será aqui apresentada tanto como caminho metodológico para a construção deste trabalho quanto como teoria fundamentadora dessas escolhas metodológicas. O leitor poderá então perceber que grande parte das escolhas que fiz para a realização deste trabalho – conteúdo e, principalmente, forma – baseiam-se na PEBA.

2.1

Ciências Humanas

A possibilidade de se escrever um texto acadêmico de maneira ensaística e íntima, beirando a informalidade, não é resultado de um encaminhamento natural ou mesmo estabelecido. Como em quase toda seara,

há forças progressistas e reacionárias – no melhor sentido do termo – buscando impor sobre a forma de se fazer e ser pesquisa acadêmica na área das humanidades. Se estamos hoje em um momento no qual o inusitado se faz ver e ouvir na academia, sua emergência se dá a despeito de olhares desconfiados e à custa de um sério trabalho de resistência.

Mas façamos justiça. Não estou apontando algum tipo de antipatia injustificada. É preciso zelarmos pela qualidade do que chamamos ‘pesquisa científica’ e tal zelo manifesta-se principalmente pelo estabelecimento de uma série de regras e padrões a serem seguidos. Algo muito interessante decorre daí. É frequente – e prudente, eu diria – que trabalhos minimamente incomuns demonstrem um encaminhamento mais cuidadoso de discussões teóricas e epistemológicas. Antecipando estranhamento e críticas, esses trabalhos aprofundam seus estudos em uma tentativa de localizar sua idiosincrasia na arena do que já se estabeleceu. É nesse espaço, ainda, que se costumam justificar as inovações empreendidas. Aliás, é imprescindível que sejam justificadas. Romper com a tradição por simples rebeldia não contribui senão para o aumento do ego rebelado. Nessa lógica, a transgressão justificável tende a ser fruto do incômodo causado pela percepção de alguma força impeditiva: transgriro para realizar aquilo que os modelos atuais não me permitem realizar. É a conhecida história do incômodo catalizador de progresso. Ao final desta seção, retornarei a este debate para situá-lo mais objetivamente nesta tese. Por ora, fiquemos pelas tangentes observando o que um desses desconfortos fez com a epistemologia das ciências humanas, afetando também este trabalho.

No século XIX, na figura de Émile Durkheim, pela primeira vez se reivindicava para o campo das ciências o estudo do homem e suas particularidades. Até esse momento, humanidades eram matéria de interesse puramente filosófico. Não por acaso contribuições filosóficas são ainda referência nesse campo. Contudo, em suas discussões iniciais, o que se convencionou chamar Ciências Humanas era tão somente uma transposição direta da lógica científica cartesiana, característica das ciências naturais, para um novo objeto de interesse – o homem. Ele entendia que o homem poderia (e deveria) ser estudado a partir das premissas epistemológicas subjacentes ao estudo dos componentes da natureza. Como se vê, seu principal mérito como

criador da Sociologia foi trazer o estudo do comportamento humano para o âmbito das ciências. O mérito de sua contribuição é incontestável. Em um contexto no qual, em detrimento da mitologia religiosa, a ciência torna-se cada vez mais valorizada como lugar de produção de conhecimento, Durkheim coloca o ser humano como um de seus objetos de interesse. É o ser humano novamente no centro das grandes questões. Interessantemente, hoje com a discussão um pouco mais amadurecida, alguns pesquisadores apontam uma caminhada em sentido inverso. Um dos sociólogos que mais me influenciaram, Boaventura de Sousa Santos tem estudos inteiros apontando a recente apropriação pelas ciências naturais de uma linguagem originalmente surgida na esteira das ciências humanas. Assim, segundo ele, hoje já se fala em dança das células, teatro de impulsos orgânicos etc (Santos, 2008). Mas Durkheim pertence a um momento bem anterior. Ele pretendia justamente criar espaço para que esta ciência, sua linguagem e métodos se desenvolvesse.

Após esse primeiro movimento durkheimiano, o pesquisador e também sociólogo alemão Max Weber faz sua contribuição para a consolidação dessa nova área. Weber escreve no limiar do século XX, num contexto de acirrada disputa no qual as ciências humanas em geral buscam se consolidar como conhecimento de prestígio científico. Uma estratégia encontrada por muitos de nosso lado da trincheira foi defender que as ciências humanas têm objetivos diferentes das ciências naturais, não sendo em absoluto menos rigorosas que essas no cumprimento de seus fins. Diz-se então que as ciências naturais visam à explicação, ou seja, a estabelecer uma relação de causa e efeito entre os fenômenos estudados por elas. De outra maneira, as ciências humanas estariam interessadas em compreender fenômenos relacionados à condição humana. Tal compreensão teria por objetivo extrair o sentido dessas experiências – observar, refletir, perceber e descrever os sentidos possíveis. A importância de Weber foi trazer esse entendimento a respeito das ciências humanas para o centro das discussões sobre o recém-criado campo dos estudos sociológicos. Assim, com Weber, a figura do incômodo surge novamente, ainda que dessa vez tenha uma natureza ligeiramente diferente. Agora, entendendo-se que há outros objetivos em jogo, emular os procedimentos das ciências naturais não parece suficiente para que se possa estudar o comportamento humano em suas especificidades. Temos

aqui o início de um movimento que vem se fortalecendo até os dias atuais. Weber vem pleitear a criação de uma metodologia própria para os estudos realizados no âmbito das ciências sociais. Influenciado pelo pensamento kantiano, o autor entende haver na “especificidade do ser humano e sua distinção polar em relação à natureza” (Santos, *ibidem*, p. 19) um chamado imperativo à formulação de uma nova epistemologia, agora própria de uma ciência engajada no estudo da condição humana. Visando à *compreensão* do comportamento humano e zelando pelo rigor hermético das ciências suas contemporâneas, Max Weber apresenta o conceito de tipo ideal. Não cabe aqui um aprofundamento acerca da teoria weberiana. Para nossos propósitos, basta dizer que Weber buscava chegar à ‘realidade’. Parece redundante, mas não custa reiterar que, no âmbito das afiliações teóricas deste trabalho, entendo ser essa uma busca, ao mínimo, vã.

Em sua porção apresentada aqui, o pensamento de Durkheim e Weber ilustram de forma exemplar, respectivamente, os primeiros movimentos de surgimento e os movimentos de emancipação, ainda que bastante incipiente e até mesmo discutível, entre as ciências humanas e as ciências da natureza. Precisamos seguir nesse caminho, nos aproximando ainda mais, com ajuda dos pesquisadores apresentados, das questões centrais deste trabalho.

Mikhail Bakhtin (1992) faz um percurso análogo ao weberiano e inicia sua própria reflexão sobre as ciências humanas ponderando a respeito das peculiaridades do novo objeto de estudo, o si próprio, a condição humana. Bakhtin assenta sua tese no estabelecimento de uma divisão original básica. Para ele, haveria dois tipos de conhecimento a serem observados: o conhecimento das coisas e o conhecimento do indivíduo. Os conceitos de explicação e compreensão estão subordinados aos objetivos e objetos das ciências humanas e naturais. Anunciando que a própria noção de conhecimento está relacionada ao objeto a ser conhecido, Bakhtin é apenas mais explícito no que torna necessária uma divisão nesse âmbito.

Assim, a coisa, inanimada e desprovida de interior, revela-se a quem busca conhecê-la apenas pela aparência, por “um ato unilateral do outro” (*idem, ibidem*, p. 393). Trata-se de uma construção de sentido de mão única, não dialógica, não negociada – trata-se do conhecimento produzido no

contexto da objetificação característica das ciências naturais. O pensamento bakhtiniano, então, orbita em torno da noção de interação. Quando fala em ato unilateral do outro, o pensador entende não haver, por parte do objeto observado, uma contrapartida capaz de (re)elaborar a produção de conhecimento que por isso decorre, exclusivamente, da observação.

Por outro lado, quando o humano busca conhecer sua própria natureza, quando o cognoscente põe-se diante do cognoscível na busca (mútua) por conhecimento, tem-se, na concepção bakhtiniana, uma construção dialógica. O que se passa a conhecer não estaria em um ou no outro, mas nos espaços de construção de significados entre os dois. Surgiria, na interação entre pesquisador e pesquisado(s), um terceiro lugar, uma intersecção em que se daria a produção do conhecimento científico. Assim, nas ciências humanas como entendidas por Bakhtin, o pesquisador é visto como participante e sua influência na pesquisa deve não só ser reconhecida como celebrada na forma de registro, pois

[n]a medida em que este fato é inevitável, a questão para o pesquisador não é mais controlar a sua performance para minimizar ao máximo as consequências de suas atitudes no campo, mas, ao contrário, faz-se mister tornar explícito no seu relato o modo como as circunstâncias o afetam. (Souza & Albuquerque, 2012, p. 112)

Essa noção de construção dialógica alinha-se a um entendimento contemporâneo da concepção de verdade porquanto Bakhtin abandona a busca positivista pela explicação em benefício da noção de compreensão, essa – reitera-se – mais apropriada às peculiaridades das ciências humanas. Para ele, enquanto na tarefa de explicar precisa-se somente de uma consciência, um único sujeito, a compreensão seria a busca por um encontro entre consciências distintas, uma construção dialógica (Bakhtin, *ibidem*, p. 338).

Ora, sendo assim, a compreensão, parece possível supor, tende a ser local, pertence a determinado contexto em que estão inscritos os sujeitos. Logo, uma vez que contextos (de produção de verdade[s]) nunca são os mesmos, não se repetem, não poderia haver *a* verdade, uma verdade única e inabalável. Haveria, sim, tantas verdades quantos fossem os sujeitos implicados e os contextos em que elas são produzidas.

Façamos uma breve suspensão para o acréscimo de um elemento aparentemente discordante que nos fará seguir mais seguros. O entendimento bakhtiniano acerca do estudo dos objetos inanimados não é consenso. Bamberger (1983 apud Hiltz, 1995) chama de conversa a interação entre o ser humano e os objetos materiais inanimados, as máquinas. Segundo ele, a cada tentativa de configurar, montar ou desmontar e mesmo analisar um desses objetos, extraímos dele novos entendimentos – aprendemos. A cada interação, o objeto forneceria um novo dado a partir do qual repensaríamos as possibilidades de abordá-lo de maneira mais eficiente. Sem pretensões visionárias sobre o estado das coisas na contemporaneidade, num momento em que as máquinas eram em sua maioria mecânicas e analógicas, Bamberger entende haver uma espécie de diálogo entre o humano e o objeto inanimado.

Concordo com esse autor e me alinho às ponderações de Bakhtin acreditando não estar incorrendo, de modo algum, em incoerência. O que me interessa em Bakhtin é a compreensão de que o conhecimento é uma produção imaterial dialógica realizada entre dois ou mais interagentes. Nesse sentido, Bamberger acrescenta à essa noção a perspectiva de que o conhecimento criado na interação com seres inanimados não é unilateral já que traz em sua metodologia as ideias de tentativa, mudança de abordagem, respostas etc. Acredito que abraçar tal ideia é levar a noção bakhtiniana a lugares muito frutíferos. Ora, se o conhecimento não está em mim (humano) nem no outro (também humano), talvez o componente humano dessa relação dialógica das ciências humanas não seja mais importante que seu componente interacional. Quero dizer, um antropólogo poderia produzir conhecimento (dialógico) se faltasse em interagir com e observar as respostas de seus objetos de estudo? De outra maneira, haveria produção de conhecimento no trabalho de um químico que não interage com seu objeto, observa suas respostas e, a partir delas, modifica sua abordagem? O que estou tentando afirmar é mais simples do que parece. Ao que parece, se levarmos essas questões às últimas consequências, podemos imaginar que a ideia de conhecimento dialógico poderia, em alguns casos, ser aplicada também a objeto de estudo inanimados. Talvez, a produção de conhecimento de forma dialógica bilateral da qual nos

fala Bakhtin alcance algumas práticas também das ciências naturais e seus objetos.

Ademais, outro aspecto do pensamento bakhtiniano que parece relevante na construção deste trabalho é a relação que se estabelece entre autoria e ética quando da produção do texto de pesquisa. Sobre isso, Souza e Albuquerque ponderam que

a pesquisa não se esgota no encontro entre o pesquisador e seu outro. É necessário dar forma e conteúdo ao acontecimento vivido no campo da pesquisa, e é neste momento que o texto escrito entra em cena. A escrita do pesquisador consolida a criação de conceitos cuja pretensão é criar zonas provisoriamente estáveis de pensamento sobre uma dada realidade. (ibidem, p.116)

Nesse sentido, considerando o universo da pesquisa etnográfica, o momento de retirada do campo para o solitário trabalho de escrita deveria compreender, a partir de uma dimensão ética, o compromisso em fazer jus à criação dialógica da(s) verdade(s) construída(s) na interação. Brevemente voltaremos a essa questão.

2.2

O real e o científico no construcionismo social

As discussões trazidas acima encontram fértil terreno de desenvolvimento no construcionismo social, também conhecido como socioconstrucionismo. O socioconstrucionismo é uma epistemologia de investigação qualitativa de grande destaque na contemporaneidade, possivelmente porque aborda e procura responder a inquietações contemporâneas no campo das ciências humanas. No que tange aos estudos do discurso no Brasil, podemos obter boa noção da abrangência do socioconstrucionismo nos estudos de Moita Lopes (2006, 2013) e Fabrício (2006).

O socioconstrucionismo marca oposição direta a perspectivas que veem o mundo como um dado real e tomam a linguagem – em última análise – como um mero instrumento através do qual se nomeiam as coisas desse mundo. Na visão socioconstrucionista, ao contrário, salienta-se a interdependência entre

mundo e linguagem, sendo a segunda determinante na forma como enxergamos o que está a nossa volta. A linguagem é constitutiva.

Nesse sentido, o conhecimento não é visto como algo estável ou pronto que se possa alcançar, mas como alguma coisa que (re)construímos a partir de experiências histórica e socioculturalmente inseridas. Complementando a questão, Taylor (apud Schwandt, 2006:201) vai nos dizer que “o mundo (...) forma-se de uma maneira ou de outra à medida que as pessoas o discutem, o escrevem e o contestam”. Pois bem. Perceba os primeiros pontos de aproximação entre esta forma de entender a linguagem e o que nos ensina Bakhtin sobre o caráter dialógico do conhecimento. Tal qual adiantou o filósofo, o socioconstrucionismo reconhece e reivindica o alto grau de subjetividade na forma como enxergamos e somos capazes de compreender o mundo. Trata-se de uma negação do *a priori*. Uma maneira bastante simples de tocar a superfície desse posicionamento é pensarmos sobre os diferentes e por vezes contraditórios sentidos investidos em um mesmo objeto. Algo erguido em alvenaria a fim de demarcar espaços pode tanto chamar-se ‘parede’ - remetendo à casa, abrigo e proteção -, quanto ‘muro’ – remetendo agora à separação, isolamento e exclusão. De um modo parecido, um mesmo sentimento conhecido ainda por um mesmo nome pode, em diferentes tempos e espaços, adquirir sentidos diversos. Veja o caso da ideia de ‘nacionalismo’. Celebrado em determinados contextos sócio-históricos facilmente identificáveis, a ascensão do mesmo nacionalismo pode ser observada com cautela em conjunturas nas quais esse ideal se encontra vinculado a totalitarismos e fascismos. Existe algo comum aos dois exemplos. Na relação experiência e discurso, denominamos os objetos conforme os vemos e, em igual proporção, os vemos da maneira como se convencionou denominá-los. É o discurso em sua mútua relação constitutiva discurso-mundo.

Conforme se vê, essa epistemologia preocupa-se particularmente com a linguagem, o discurso e seu potencial estruturante da forma como enxergamos e damos sentido ao mundo. Considerada radical por alguns pesquisadores, essa abordagem também gera críticas e questionamentos. A socióloga inglesa Margaret S. Archer é uma das que se opõem ao aceite irrestrito da postura socioconstrucionista. A pesquisadora fundamenta sua crítica afirmando que a

consciência do eu e a constituição orgânica do humano, também decisivas na forma como experimentamos e compreendemos o mundo, são independentes da linguagem. Archer (2000) defende a primazia prática, do contato humano e mundo, em detrimento da linguagem, no que concerne ao modo como efetivamente passamos a entender aquilo que nos cerca. Com isso, a socióloga não pretende assumir uma postura racionalista, ignorando influência do social na constituição do eu e do mundo. Diferente disso, para ela, é preciso abandonar essa dicotomia em favor do entendimento do indivíduo como um ser racional capaz de pensar o mundo a partir de experiências muito próprias com esse mesmo mundo, que não poderiam ser – ainda segundo ela – simplesmente interpretadas como sociedade, linguagem ou discurso (Archer, *ibidem*, p. 07).

A crítica de Archer (*ibidem*) parece direcionada a uma abordagem, diga-se, ortodoxa do socioconstrucionismo. Como se observa, guardadas diferenças ontológicas fundamentais de seu pensamento, seu posicionamento não é de negação ao socioconstrucionismo, mas de crítica a um possível negligenciamento da agentividade (de percepção sensorial e reflexiva) dos indivíduos. Em outras palavras, no que nos diz respeito, a pesquisadora defende haver outros caminhos, além dos constrangimentos do discurso, pelos quais os indivíduos são capazes de compreender o mundo que lhes cerca. As observações de Archer me chamam atenção por se alinharem às de um autor que apresentarei mais tarde. Também ele, Yi-Fu Tuan (2013), pensa a produção de sentidos pelos indivíduos a partir de sua relação sensorial com o mundo. Um geógrafo humanista, Tuan discutirá conosco o conceito de lugar.

Opiniões como a de nossa socióloga não foram ignoradas pelos socioconstrucionistas. Sobre isso, o professor americano Thomas A. Schwandt (2006) nos adverte que, justamente por dividir opiniões ao relativizar a noção de realidade, o construcionismo social é praticado em duas versões: uma do relativismo mais forte, próximo ao nihilismo nietzschiano; e outra de um relativismo moderado, fortemente orientado por uma agenda social. Logo, compreendo o socioconstrucionismo como uma tentativa de levar em conta denominadores sociais na forma como lemos o mundo e mesmo concebemos nossas ideias acerca do que seria “real”, “legítimo” e “consolidado”, uma

versão radical dessa epistemologia bebe da fonte wittgensteiniana dos jogos de linguagem² e garante que os “padrões para uma avaliação racional de crenças são completamente dependentes dos jogos de linguagem ou formas de vida nos quais essas tais crenças emergem” (Schwandt, *ibidem*, p. 200, minha tradução)³. Por outro lado, em sua versão moderada, busca-se expor a dimensão ideológica dos fenômenos sem abrir mão de métodos de investigação e, alguns casos, aferição mais científicos. É justamente em sua versão mais flexível que contribuições como a de Archer (*ibidem*) a respeito da importância de se considerar a agência dos sujeitos poderiam ser levadas em conta.

Tangenciamos aqui um importante debate sobre a questão da validação em pesquisas nas ciências humanas. Enquanto em sua versão forte parece não haver parâmetros possíveis para a avaliação das investigações, algumas versões do socioconstrucionismo moderado busca solucionar o problema julgando válidas as interpretações em acordo com um compromisso ético, em seu sentido bakhtiniano, preestabelecido (Schwandt *ibidem*, p.206). Foi precisamente esse compromisso ético que me levou, pesquisador em linguística aplicada, a trilhar o caminho que ora renarro. Explico.

2.3 Linguística Aplicada

No contexto do pós-guerra, impulsionada por um crescente interesse no ensino-aprendizagem de línguas, a linguística aplicada surgiu como disciplina acadêmica ainda na segunda metade da década de 1940 (Moita Lopes, 1996). Inicialmente, o objetivo da disciplina era basicamente pensar o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras buscando desenvolver metodologias mais eficazes. Cerca de vinte anos depois, nos contextos americano e europeu, fundaram-se as primeiras associações de Linguística Aplicada (LA). Esse gradual processo de organização e desenvolvimento da disciplina ocasionou um alargamento em seu espectro de interesses.

² Cf. WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

³ “Standards for rationally evaluating beliefs are completely dependent on the language games or forms of life in which those beliefs arise.” (Schwandt, 2006, p. 200)

Assim, ainda que inicialmente os interesses de pesquisa em LA tivessem características semelhantes, muito rapidamente, como aponta Antonieta Celani (1992), começaram a emergir novas questões e concepções. Por essa razão, além do estudo do ensino-aprendizagem de línguas, a Linguística Aplicada passou a designar uma área de aplicação de teorias em que “a LA seria um mediador entre descrições teóricas e atividades práticas diversas” (idem, *ibidem*, p. 18); um campo interdisciplinar, arena na qual “o estudo da linguagem se intersecciona com outras disciplinas” (idem, *ibidem*, p. 19). Celani identificava, ainda na década de 1990, um movimento de descentralização da chamada linguística aplicada que acabaria por pautar o desenvolvimento da disciplina nos anos posteriores. Os interesses variados que motivavam pesquisadores da área trouxeram para a Linguística Aplicada uma série de intersecções com as ciências humanas. Como vemos (e veremos) esse aspecto interdisciplinar atualmente é considerado uma das principais características da disciplina.

Acredito que Alan Davies (2007) tenha sido um dos que mais se aproximaram de explicar a complexidade da LA. Em uma interessante introdução a respeito desse campo de estudo, Davies (idem) faz uma curiosa comparação com a Medicina. Para ele, o problema em relação a essas disciplinas não reside na identificação de seus objetivos. À Medicina caberia lidar com as questões/problemas de saúde; à LA, as questões/problemas relativos à linguagem. Quanto a isso não haveria imprecisões. Logo, o impasse, também comum a ambas, seria em relação ao que compõe cada área. Que conhecimentos constituem a Medicina e que conhecimentos constituem a Linguística Aplicada? O linguista prossegue identificando o debate acerca da posição da LA em relação à Linguística. Segundo um ponto de vista, haveria uma independência da LA em relação à Linguística, diga-se, teórica. A LA teria se emancipado de sua parente em algum ponto de seu desenvolvimento e se tornado uma disciplina independente, com métodos e objetos próprios. No entanto, outros pesquisadores do campo entendem a LA como parte integrante da Linguística. Aqui, a LA seria apenas a aplicação (ou uma modalidade aplicada) da linguística teórica, não tendo metodologia distinta observável ou objetos que permitissem sua emancipação.

Nesse quadro controverso, Moita Lopes (idem) irrompe no debate advogando em prol de uma Linguística Aplicada entendida como disciplina

autônoma, detentora de características, metodologias, objetos e objetivos próprios. Nesse período, o pesquisador desenvolve e publica pesquisas acentuando o caráter interdisciplinar da LA, dando a ela um status similar ao das ciências sociais. Mais tarde, precisamente uma década depois, Moita Lopes (2006) enfatiza o caráter político desse campo, defendendo uma Linguística Aplicada *indisciplinar* preocupada em estudar e lidar com as questões caras à vida em sociedade. A LA não é em maior ou menor grau uma disciplina linguística: a preocupação passa a ser menos a de definir o campo e mais a de entendê-lo como um espaço de interação entre diferentes áreas de conhecimento. Noções como ética e poder adquirem grande peso nas pesquisas desenvolvidas e especial atenção é dedicada às vozes das minorias, até então excluídas por boa parte das pesquisas canônicas.

Nesse sentido, Branca F. Fabrício (2006) indentifica a razão para o envolvimento da LA com questões político-sociais. A linguista esclarece que essa aproximação é decorrente da recente compreensão de que

se a linguagem é uma prática social, ao estudarmos a linguagem estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva[.] (idem, ibidem, p. 48)

Estudar a linguagem, nessa perspectiva, é estudar as próprias práticas sociais (Fabrício, ibidem, p. 48). Aqui, a linguagem é tomada como ação, constituinte e constitutiva da sociedade e cultura em que se inscreve. Então, reitero, a linguística aplicada olha para uma linguagem que constrói e é construída pelo mundo ao qual pertence. E se a preocupação é com a justiça social e, por conseguinte, camadas minoritárias da sociedade, o filtro ético será parâmetro de qualidade na condução de estudos na área. É desse modo que a LA se aproxima de nossa discussão sobre modalidades e parâmetros das epistemologias socioconstrucionistas.

Em vista disso, o que estou chamando de linguística aplicada *indisciplinar* é o que Moita Lopes (2006) discute em seu livro homônimo. Embora advirta não ser sua intenção inaugurar uma nova escola em LA, o pesquisador afirma que os diferentes autores que o ajudam a compor aquela obra partilham de alguns fundamentos, sendo um importante ponto de encontro a percepção da “necessidade de atentar para teorizações extremamente relevantes nas ciências sociais e nas

humanidades que precisam ser incorporadas à LA” (idem, *ibidem*, p. 15). Entre a neutralidade científica e o compromisso ético-social, a LA indisciplinar abraça o segundo.

Foi a partir desse posicionamento socialmente engajado e “indisciplinar” da linguística aplicada que se deu meu interesse e conseqüente aproximação com os trabalhos etnográficos, sempre atentos às idiossincrasias de grupos muitas vezes ignorados.

2.4

O Texto e o Trabalho Etnográfico

Os primeiros estudos de cunho etnográfico datam do período das expansões marítimas e, veremos aqui, sua história confunde-se com o desenvolvimento das ciências humanas como um todo. Isso é facilmente identificável na forma como alguns estudiosos descrevem a evolução do pensamento científico social (Santos, 2008 [1987], Denzin e Lincoln, 2006) e em como Baszanger e Dodier (1997) associam a gênese da Etnografia às demandas provenientes das primeiras investigações das atividades humanas.

Essa íntima relação perpetuou-se e os estudos etnográficos são hoje tão heterogêneos quanto as múltiplas epistemologias existentes no âmbito das ciências humanas. Logo, não há aqui qualquer intenção em definir o conceito, posto que se trata de uma discussão em aberto. Tampouco faria sentido fazer um relato exaustivo da história dos estudos etnográficos, já que também isso não nos ajudaria a explicar o caráter etnográfico deste estudo. Pretendo tão somente contextualizar o tema a partir do início do século XX para, então, abordar mais especificamente a crise da representação na Etnografia e suas repercussões para a discussão que faço neste ensaio.

Em um estudo sobre produções etnográficas, James Clifford (1998) observa que entre o início e meados do século XX, trabalhos de Malinowski reivindicavam o fim da cisão entre a figura do “pesquisador de gabinete” e a do pesquisador de campo. Naquele momento, ao menos duas figuras distintas compunham o trabalho antropológico de estudo das culturas e possibilitavam

os estudos etnológicos: havia o pesquisador acadêmico, informado acerca de teorias científicas e diferentes estudos a respeito de sociedades diversas; e o pesquisador viajante, em constantes deslocamentos pelo mundo imergindo em culturas estrangeiras coletando dados a serem analisados pelo teórico distante. Malinowski defende que o pesquisador de campo seja também, ele próprio, o pesquisador informado por teorias científicas de ponta. Malinowski foi esse tipo de pesquisador.

Seu trabalho de campo trazia ainda forte orientação positivista ao “objetificar” o outro sempre em busca das generalizações possíveis. Isso ocorria porque, naquele período, o trabalho etnográfico compreendia a imersão do pesquisador em um contexto estrangeiro a fim de apreender a forma como o nativo entende a si mesmo e o mundo à sua volta. Assim, o trabalho era definido como a busca pela compreensão “do ponto de vista do outro, sua relação com a vida, (...) sua visão de mundo” (Malinowski, 1932, p.25, minha tradução⁴). Muito embora Malinowski não tenha sido o primeiro antropólogo a realizar trabalhos de campo desse gênero, foi ele quem, com a publicação de *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, descreveu e sistematizou o método etnográfico como o conhecemos hoje. O leitor deve atentar para os possíveis efeitos dessa drástica mudança no modo de fazer etnográfico. Observe que, agora, o pesquisador era responsável pela interpretação dos dados que ele mesmo coletara. Com tudo o que discutimos até este ponto, não parece difícil entender o desafio imposto às ambições de neutralidade científica por esse novo modelo. Ora, a capacidade desse pesquisador abstrair elementos subjetivos de suas anotações será posta à prova pelo menos em dois momentos: quando da observação e, mais tarde, quando da realização da análise etnológica. Malinowski entendia tal desafio e procurava contorná-lo. Veja que

como mostram suas notas para a crucial Introdução de *Os argonautas*, estava muito preocupado com o problema retórico de convencer seus leitores de que os fatos que estava colocando diante deles eram objetivamente adquiridos, não criações subjetivas (Clifford, *ibidem*, p. 26)

⁴ “native’s point of view, his relation to life, (...) his vision of the world” (Malinowski, 1932:25)

Mas a questão não permanece silenciada por muito tempo. Esse “problema da subjetividade” será propulsor de mudanças que nos interessam particularmente neste trabalho.

Na década de 1950 a etnografia faz uma curva em nossa direção. Esse método advindo da Antropologia começa a ganhar terreno entre pesquisas realizadas no contexto educacional como alternativa a abordagens psicológicas até então predominantes no campo. Conceitos antropológicos como cultura, saberes locais e nativos passam a fazer parte de boa parte da bibliografia de pesquisas educacionais em uma clara crítica à visão de alunos como meras partículas de um macrossocial suposto (Oliveira, 2013). Escolas e salas de aula passam a ser entendidas como ambientes culturalmente significativos, sendo alunos, professores e demais sujeitos desses espaços agora vistos de maneira similar aos nativos de povos estrangeiros desconhecidos da antropologia clássica.

Na esteira de sua popularização, não demorou para que, a exemplo do que se deu nas ciências humanas como um todo, a perspectiva tradicional da etnografia⁵ passasse a sofrer fortes críticas por parte dos novos olhares trazidos pelo avanço do paradigma qualitativo e seus desdobramentos. Passa-se a questionar a fidedignidade de relatos etnográficos tradicionais, uma vez que o fato de o pesquisador ter visto e vivido no campo já não parece garantia suficiente. Mais tarde, na década de 1980, debates posteriores culminaram na chamada “crise da representação” que, conforme propõem Denzin e Lincoln (2006, p. 31-32), refinou-se em um triplo questionamento:

⁵ Chamo de tradicional (ou clássica) o estilo científico e literário surgido na década de 1920. Consequência do surgimento e fortalecimento da figura do teórico-pesquisador de campo, esse estilo de representação cultural trazia em si algumas inovações ocorridas na área, quase sempre orientadas por um encurtamento do tempo gasto na pesquisa em campo. Primeiramente, legitimou-se a figura do pesquisador de campo como um profissional treinado e especializado. Depois, passou-se a relativizar a necessidade de se demonstrar fluência na língua nativa: o mero conhecimento da língua já tornaria o pesquisador capaz de utilizá-la a contento para fins de pesquisa. Frisou-se também a observação e descrição em detrimento da interpretação. Criou-se um método que permitia chegar-se ao centro de uma cultura sem necessariamente observá-la à exaustão. Bastava que se atentasse para pontos específicos, habilidade dominada pelo pesquisador treinado. Outro ponto de mudança foi a circunscrição de objetivos. Já não interessava tanto observar a cultura como um todo, mas pontos específicos, como a família, o casamento, entre outros. Assim, nas composições etnográficas, a cultura de um povo era apenas o pano de fundo em que se davam as instituições analisadas. Por fim, tem-se o aparecimento da noção de “presente etnográfico”. Sendo pesquisas de curta duração realizadas em um período específico, a etnografia deixava a ambição historicamente generalizante para apresentar uma representação sincrônica dos povos estudados (Clifford, 1998).

- do texto *versus* a experiência: não se pode captar a experiência vivida. Só o que se tem é a vivência como criação do pesquisador. A questão da subjetividade irrompe o debate na forma das acaloradas discussões sobre a noção de autoria. O objeto de estudo, em última análise, não são os povos sobre os quais se realizaram anotações e levantamento de dado, mas sim esses próprios textos, relatos de experiências e observações. Como se pode supor, essa nova disposição está alinhada à visão de discurso constitutivo sobre a qual falamos há pouco;
 - da legitimidade: noções como replicabilidade e generalização não cabem nesta nova forma de entender a Etnografia. Admitir a impossibilidade de observação e análise neutras é negar o princípio fundamental dos rígidos critérios de imparcialidade que até o momento garantiam a validade científica dos estudos antropológicos empreendidos. Desse modo, obviamente, torna-se imprescindível que se repensem os mecanismos de validação desses estudos;
- da “realidade” como texto: se, de fato, o real é tão somente um texto, uma interpretação, seria bastante difícil cumprir as agendas sociais da pesquisa qualitativa. Afinal, sobre o que falariam essas pesquisas e em que “realidades” elas agiriam? Este último ponto será ainda retomado em seção posterior.

Diante dos aparentes impasses, algumas alternativas foram propostas ao realismo etnográfico, que dava ao pesquisador a autoridade para falar de um povo pelo fato de ele, o pesquisador, ter estado lá. Nesse quadro, surgem a proposição a respeito de diferentes formas de “autoridade etnográfica” (cf. Clifford, *ibidem*) responsivas, repito, aos questionamentos da virada narrativa e a um cada vez mais marcado afastamento das ciências humanas do paradigma positivista. Quase sempre calcadas em epistemologias pós-estruturalistas, essas alternativas traduziram-se em um vário e significativo número de posturas metodológicas. Essas estratégias têm como princípio a negação da possibilidade de se enxergar a realidade através dos olhos do outro, uma

ambição bastante presente nos primeiros grandes estudos antropológicos. A cultura passa a ser vista como texto e, como esse, passa a ser entendida como objeto de interpretação.

O filósofo Paul Ricoeur – de quem brevemente voltaremos a falar – escreve, no início da década de 1970, um importante ensaio sobre hermenêutica. Para ele, a ação deve ser entendida como um texto. O antropólogo Clifford Geertz (1973) adapta a teoria do filósofo ao trabalho antropológico falando em “textualização das culturas”. Entende-se que o evento, quando registrado na forma de texto, é mergulhando em um contexto que, esse assim, permite sua interpretação. Ainda segundo a filosofia ricoeuriana, o mundo não pode ser apreendido diretamente, sem a presença de instrumentos de mediação. Logo, o texto é o mediador necessário para a compreensão do mundo através do estabelecimento de relações entre as partes (os fatos e eventos) e o mundo (o contexto em que se dão).

Dentre os movimentos surgidos nesse contexto, destaco a etnografia pós-estruturalista que, na forma como tomo neste trabalho, compreende uma série de estudos etnográficos que se aproximam ao compreender e integrar a figura do pesquisador como participante e autor, bem como a visão de texto etnográfico como um tipo de interpretação – uma noção exacerbada até seu entendimento como um tipo de ficção. Essa compreensão construcionista de etnografia pós-estruturalista vem responder ao triplo questionamento exposto acima. Aqui, não há realidade a se captar, tudo é construído e o que interessa é partir de um ponto de vista individual situado histórica e culturalmente (Schwandt, 2006). Incluo aí a etnografia ficcional; seja em prosa, como venho propor, ou em poesia, como faz Kusserow (2008).

É duplamente negativa a ideia de que a etnografia seja por mim tomada como mero instrumento para coleta de dados. A inserção desta pesquisa no campo do socioconstrucionismo rejeita a própria noção de “coleta” de dados. Defendo que os dados a serem analisados sejam fruto de um processo de construção colaborativa entre os participantes em interação, e aí me incluo. Fossem outros os alunos participantes, fosse outro o professor-pesquisador, fosse diferente o contexto em que se deram as conversas, é certo que seriam outros os dados da pesquisa. Nossos dados foram, então, construídos. Ademais, tenho tomado cuidado para não isolar a etnografia dos pressupostos da

disciplina que a ela deu origem. Consequência disso é a forma como compreendo o objeto mesmo desta pesquisa. O estudo da construção discursiva da escola se dá a partir da noção antropológica de lugar.

2.5

Pesquisa Educacional com Base nas Artes: discussão em arte e etnografia

O trabalho de Kusserow, a que fiz referência anteriormente, é parte de uma ampla gama de pesquisas cujos engajamentos teórico-metodológicos guiam a investigação que proponho e, conseqüentemente, contribuem para a discussão que ora trago. Nesta seção, apresento ao leitor essa possibilidade de pesquisa qualitativa no contexto educacional que influencia sobremaneira a forma pela qual desenvolvo a pesquisa e, neste exato momento, conduzo a redação deste trabalho. Por isso, tendo em mente o objetivo desta pesquisa, falemos agora da Pesquisa Educacional com Base nas Artes (PEBA).

Meu primeiro contato com a PEBA deu-se através da leitura de um texto do professor João Antônio Telles. No artigo em questão, Telles (1998) apresenta a chamada auto-narrativa – compreendida como possibilidade de estudo no campo da pesquisa qualitativa – como *locus* possível de reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Para isso, deitado à sombra de sua própria história, Telles (ibidem) revisita eventos contados em sua tese de doutoramento, ponderando sobre seu(s) sentido(s) e buscando explicitar/entender de que maneira experiências vividas em diferentes momentos de sua trajetória relacionam-se com sua prática e postura pedagógicas.

A leitura daquele artigo plantou em mim uma semente que cresceu forte nos últimos anos. Seus frutos são de tamanha importância que vejo a leitura do trabalho de João Telles como um divisor de águas em minha recente trajetória na academia. Escrever uma auto-narrativa não é simplesmente contar histórias. Esse tipo de pesquisa acadêmica, realizada na forma de texto verbal escrito, diz respeito a uma busca por autoconhecimento através da reflexão sobre as “possíveis

consequências dos temas relevantes”⁶ (idem, ibidem, p.188, minha tradução) que emergem durante a escrita. Trata-se de uma reflexão-processo que se dá durante a escrita: escrever para refletir e refletir sobre o que se escreve. O caráter lírico e esteticamente elaborado do artigo deflagrou um interesse que culminou em outras leituras em busca de maiores esclarecimentos.

Precusores da Pesquisa Educacional com Base nas Artes, Eisner e Barone (2006) veem na PEBA um termo guarda-chuva que inclui uma vasta gama de tradições e designs de pesquisa que primam pela valorização da (apreciação) estética tanto na forma final em que se apresenta a pesquisa quanto no processo de sua elaboração. Essas variadas pesquisas têm dois pontos de contato que nos permitem identificá-las, quais sejam, o foco no uso e/ou produção de material artístico para a pesquisa e o contexto educacional da investigação empreendida. Portanto, a auto-narrativa de que fala Telles (ibidem) insere-se nas possibilidades de manifestação da PEBA, sendo também esta tese um texto de cunho autoetnográfico.

Notadamente mais preocupado em alocar a PEBA no quadro geral de pesquisas nas ciências sociais, Telles a entende como uma modalidade de investigação *qualitativa* no campo da Educação que busca “formas alternativas de representação do conhecimento construído pela pesquisa” (ibidem, p. 513). Ademais, o autor indica a existência de duas vertentes na PEBA: a de produção de significados e a vertente representacional. A vertente da produção de significados relaciona-se mais especificamente ao estágio da geração de dados, ou seja, aos momentos iniciais do trabalho. Nela, os participantes da pesquisa são postos diante de um objeto artístico e tomam-se como dados as construções de significados deflagradas por esse contato. É a arte como catalizadora de reflexões. Por sua vez, na vertente representacional, tem-se a construção de um objeto de arte que venha a refletir, a expressar as representações do mundo (educacional) conforme entendido pelos participantes da pesquisa. Exemplo desse tipo de PEBA são as auto-narrativas de que fala Telles (1998), a poesia etnográfica de Kusserow (2008) ou mesmo as fotografias de que falaremos

⁶ “potential consequences of the relevant themes” (Telles, 1998, p. 188)

adiante. A arte como produto da pesquisa ou – e isso me interessa ainda mais – objeto artístico entendido como *a* pesquisa propriamente dita.

Há, no âmbito da PEBA representacional, uma série de manifestações possíveis, da literatura às artes plásticas. Visando a estabelecer as vinculações teóricas pertinentes, chamo atenção para considerações estéticas acerca do que seriam características do texto da PEBA. Segundo Barone e Eisner (*ibidem*), os escritos desse tipo de pesquisa buscariam, na experimentação, formas de produzir maior acessibilidade e, conseqüentemente, maior alcance das questões (educacionais) apresentadas. O caráter livre e experimental teria por objetivo tornar o produto da pesquisa científica algo passível de inserção em meios não acadêmicos. Quanto à linguagem propriamente dita, haveria valorização de um tom evocativo e imaginativo capaz de levar o leitor a envolver-se na leitura, dando ao texto um sentido lírico.

Antecipando possíveis críticas ao formato pouco ortodoxo desse tipo de estudo, os autores lembram que Geertz (1973), o mesmo antropólogo com quem há pouco discutíamos a ideia de autoridade etnográfica, já chamava atenção para a etimologia da palavra *fictio*. Segundo eles,

[f]ictio em Latim refere-se ao processo de produzir (making). Geertz apontou para o fato de que a ciência em si, certamente a Etnografia em si, é algo produzido. Dessa perspectiva, a linha entre ficção e não-ficção não é tão clara como alguns podem acreditar. (Barone & Eisner, *ibidem*, p.99, minha tradução⁷).

Marcando mais incisivamente os pontos de contato entre a ficção e o chamado “real”, eles citam ainda Cook quando esse pondera que o talento básico de um escritor de romances é

observar o comportamento social – a maneira como a pessoa mobília sua casa ou faz amor ou reage à morte ou dobra um envelope ou constrói sentenças ou planeja sua carreira. (Barone & Eisner, *ibidem*, p. 99, minha tradução⁸)

⁷ *Fictio* in Latin refers to the process of making. Geertz pointed out that Science itself, certainly ethnography itself, is something made. From this perspective, the line between fiction and nonfiction is not as clear as some might believe. (Barone & Eisner, 2006, p. 99)

⁸ to observe social behavior – the way a person furnishes his [sic] house or makes love or reacts to death or folds an envelope or constructs his sentences or plans his career. (Barone & Eisner, 2006, p. 99)

Podem-se abstrair algumas semelhanças entre a PEBA representacional e a etnografia pós-estruturalista, dentre as quais a relativização extrema do real e a importância da subjetividade no processo de produção científica. Embora minha proposta de trabalho encontre respaldo metodológico como pesquisa qualitativa no âmbito da Pesquisa com Base nas Artes, persiste ainda o problema da legitimidade, do rigor. Tanto a etnografia quanto a PEBA registram em suas bibliografias tensões e dificuldades no estabelecimento de critérios de rigor em suas pesquisas.

Considerando a impossibilidade de se estabelecer parâmetros de rigor universais – anteriores à existência da pesquisa – e considerando ainda minha disposição inicial e ainda presente em fazer jus às diferentes vozes do campo de pesquisa, creio ser imperativo agregar a meu trabalho a visão bakhtiniana da ética (do pesquisador). Assim, destacando a visão constitutiva do discurso e enfatizando as subjetividades, a PEBA, a etnografia ficcional e a verdade dialógica de Bakhtin parecem convergir e enriquecem-se mutuamente, como posturas científicas legítimas, no espaço de discussões do construcionismo social. Esse espaço de intersecção é onde pretendo inserir meu trabalho. Esta tese é também uma autonarrativa.

2.6

Convergências

Em todas as páginas até aqui, procurei recriar – para o leitor e para mim mesmo – os caminhos que me levaram à construção dessa pesquisa na forma como ora a apresento. Neste capítulo, procurei especialmente conduzir o leitor e mostrar-lhe a forma como se encadearam e se complementaram as ideias com as quais dialoguei em minhas leituras. Fiz isso porque, mais do que quaisquer outras, a discussão das últimas páginas tem muito a dizer sobre o conteúdo e os contornos desta pesquisa. Partimos das abrangentes contribuições bakhtinianas para o campo das ciências humanas e chegamos à Pesquisa Educacional com Base nas Artes. Imagino que a decisão por esse posicionamento e disposição das ideias, se já não clara, encontrará justificativa

ao longo das próximas páginas. No entanto, abro espaço para nesta seção enfatizar as conexões entre essas disciplinas.

Embora tenha tratado separadamente das noções de cientificidade, socioconstrucionismo, etnografia e Linguística Aplicada, procurei afastar-me do modelo cartesiano na forma como as ideias foram desenvolvidas. Longe de serem abordadas como pontos diversos de um mesmo trabalho, essas noções mostraram forte imbricação. Posto em uma frase, teríamos: o texto etnográfico é, em última análise, o trabalho etnográfico em si justamente porque o real relativizado pelo construcionismo explode as barreiras entre pesquisa científica (fato) e arte (ficção). Isso, reitero, é o que se observa no contexto de minha proposta de pesquisa e, mais tarde e constantemente, voltará a figurar entre nossas discussões.

Gostaria de cumprir o prometido e retomar o último dos três questionamentos de Denzin e Lincoln (2006) a respeito da crise da representação etnográfica. Segundo os autores, um dos problemas com que precisariam lidar os pesquisadores pós-estruturalistas diz respeito à radicalização da ideia construcionista em que o social seria tão somente um texto. Ora, como vimos, Ricoeur há muito já nos chamava atenção para a impossibilidade de se enxergar o mundo senão por intermédio do texto. Desse ponto de vista, o espaço escolar como construção discursiva em textos etnográficos (ficcionalis) e textos fotográficos encontra suporte. Afinal, nessa perspectiva, que mundo nos seria acessível à ação e de que mundo poderíamos falar senão do mundo textualizado? Além disso, no âmbito dos estudos bakhtinianos, mais especificamente em sua discussão sobre as ciências, nada há de problemático nesse posicionamento, pois o interesse da pesquisa recairia sobre

[a] especificidade do pensamento das ciências humanas, voltado para pensamentos, sentidos e significados dos outros, etc., realizados e dados ao pesquisador apenas sob a forma de texto. Independentemente de quais sejam os objetivos de uma pesquisa, só o texto pode ser o ponto de partida. (Bakhtin, 1992: 308)

Portanto, desse ponto de vista, o estudo espaço escolar como construção discursiva encontra suporte.

Finalmente, a partir do que nos propõe a vertente representacional da Pesquisa Educacional com Base nas Artes, temos o texto produzido por alunos do Ensino Fundamental de uma escola pública como o produto legítimo de um processo de pesquisa.